

Banco Mundial pressionou: o aval da dívida foi mantido.

Durante mais de uma hora, três técnicos do Banco Mundial estiveram reunidos com a assessora Zélia Cardoso de Mello, no terceiro andar do anexo dois do Itamaraty, no prédio conhecido como "bolo de noiva", que abriga o presidente eleito e a equipe de transição gerenciada pela economista.

A dívida externa e a necessidade de uma renegociação que modifique o perfil das atuais condições de pagamento dos juros e do principal foram, segundo um economista da equipe de transição, o principal assunto discutido entre Zélia e os técnicos do Banco Mundial. De acordo com a fonte, a equipe do Banco Mundial não escondeu sua satisfação com a decisão do novo governo de abandonar a idéia de promover uma renegociação descentralizada da dívida externa, através da retirada do aval da União dos contratos externos.

O economista revelou ainda que a equipe de Collor abandonou essa idéia depois da última viagem do presidente eleito, quando mantiveram contatos com os representantes dos bancos credores. Na ocasião foram informados que a retirada não seria

aceita pelos bancos credores que acionariam os tribunais internacionais para obrigar o governo a manter o aval dado aos contratos externos.

O deputado Antonio Ueno (PFL-PR), com grande trânsito entre os investidores japoneses, esteve ontem com o presidente eleito e disse ao **Jornal da Tarde**: "Se o plano econômico prevê o equacionamento da dívida deduzindo de US\$ 12 para US\$ 8 bilhões os juros devido anualmente aos bancos credores, essa proposta é perfeitamente viável. Principalmente se o governo Collor estiver disposto a estender essas negociações aos médios e pequenos bancos", explicou.

Segundo o parlamentar, o governo japonês dispõe de US\$ 35 bilhões do fundo Nakasone destinados para financiar investimentos produtivos na América Latina, e está disposto a carrear uma boa parte desses recursos para o Brasil para serem aplicados em programas de investimentos.

As dificuldades para obter informações junto aos assessores do presidente Collor e da equipe de transição aumentaram ainda mais. Ontem, uma circular emitida pelo presidente eleito proibiu

que qualquer membro da equipe dê entrevistas, incluindo sua assessora Zélia Cardoso de Mello.

Apenas o porta-voz de Collor, o jornalista Claudio Humberto e Silva está autorizado a falar com os jornalistas. O problema se agrava já que o porta-voz também não fala e quando o faz não revela nada importante. Limita-se a relatar quem esteve com Collor, o roteiro de viagem etc. Ontem à tarde, o irmão do presidente Leopoldo Collor falou rapidamente quando chegou ao anexo II do Itamaraty. Ele contestou as informações que a própria preocupação do empresariado com a demora da divulgação do novo ministério e do plano econômico começa trazendo reflexos negativos à economia.

Já o ex-presidente do Inamps, Reinhold Stephane, que participa da equipe de transição, anunciou que a reforma administrativa, irá transferir o Inamps para o ministério da Saúde. Revelou também que a política de saúde do novo governo tem por objetivo aumentar os investimentos básicos no setor. A meta é aumentar de 3,5% para 10% do PIB as aplicações na área de saúde num período de cinco anos.